

Luta para ampliar área tombada até os lagos

Valéria Feitoza e

Fabiola Góis

Da equipe do **Correio**

A área do Distrito Federal tombada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como patrimônio mundial pode ser ampliada para abrigar dois vizinhos: os lagos Sul e Norte. As administrações regionais dos dois bairros devem elaborar, até o fim do ano, um projeto de expansão da área tombada que hoje só envolve o Plano Piloto.

A proposta partiu do arquiteto Carlos Pontes, ex-integrante do antigo Conselho Técnico de Preservação de Brasília (CTPB). Ferrenho defensor das escalas estabelecidas por Oscar Niemeyer e Lucio Costa, ele quer que as administrações regionais peçam à Unesco e aos órgãos federais de preservação a mudança no traçado da área tombada, para garantir a preservação do plano original de Brasília.

“Os lagos Sul e Norte são bairros nobres, com características especiais. Mas aos poucos estão sendo descaracterizados.” A lista de agressões citada por Pontes é longa: no



A PRIVATIZAÇÃO DA ORLA DO PARANOÁ É HOJE UMA DAS MAIORES AGRESSÕES: ACESSO NEGADO À COMUNIDADE

DF - Lago Paranoá

Lago Sul, privatização da orla do Paranoá por moradores e empresários; funcionamento de agências de automóveis nos comércios locais; instalação de igrejas em áreas residenciais; poluição visual por outdoors e luminosos. No Lago Norte, a construção de um prédio de quitinetes em local onde só deveria haver casas.

Um dos exemplos mais recentes da privatização da orla é a construção de uma guarita na entrada de uma das quadras mais nobres do Lago Sul: a QL 12, também conhecida como Península dos Ministros. Com o argumento de aumentar a segurança, a asso-

ciação de moradores ergueu a guarita e passou a controlar o acesso da comunidade ao lago por aquela rua. Em resposta a um pedido do Ministério Público, o juiz Álvaro Luis Ciarlini, da 2ª Vara da Fazenda Pública, proibiu a continuidade das obras de cercamento, em novembro do ano passado. A guarita, porém, continua intacta.

MAIS PODERES

A proposta de ampliar o tombamento ganhou apoio das administrações regionais dos dois bairros, do Conselho de Gestão da Área Tombada de Pre-

servação de Brasília (Conpresb) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). “A inclusão dos bairros no tombamento viria em boa hora para apertar a fiscalização sobre as irregularidades”, defende o pioneiro Ernesto Silva, integrante do Conpresb. Para o superintendente do Iphan no DF, Cláudio Queiroz, a proposta “é sinal de que a comunidade está incomodada com os abusos”.

A administradora do Lago Sul, Natanry Osório, admite que a ampliação do tombamento não deverá acabar com situações já consolidadas, como a incorpo-

ração da orla do lago pelos moradores dos terrenos apelidados de ponta de picolé. “Mas a lei pode obrigá-los, assim como hotéis, clubes e centros de lazer, a recuperar a vegetação nativa.”

No Lago Norte, o assunto será incluído na pauta de um seminário, marcado para fevereiro. O administrador Erivaldo Mesquita conta que entrará em contato com a Administração do Lago Sul e com o Iphan para juntos elaborarem a proposta e enviá-la ao Conpresb. O projeto também deve ser aprovado pelo Iphan antes de ser mandado à Unesco.

ACORDO COM MORADORES

A orla do Paranoá já tem sinais de degradação. Uma das áreas mais prejudicadas do Lago Norte é a ciclovía, no início da QL 2. O lugar era usado por esportistas, mas moradores colocaram cercas para impedir o acesso à área verde. Em reunião com o Ministério Público, a Comissão Permanente de Implantação de Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo, a Administração do Lago Norte e a Associação de Moradores fizeram acordo. Em fevereiro, será assinado termo de ajuste de conduta. degradadas.